
**O papel do MST no fortalecimento da agricultura familiar:
experiências no Assentamento Eli-Vive por meio de trabalhos de
campo e pesquisa participante**

**The role of the MST in strengthening family farming: experiences in
the Eli-Vive Settlement through fieldwork and participant research**

John Lucas*

Gustavo Costa da Fonseca*

Jeani Delgado Paschoal Moura** 

Resumo

O campesinato desempenha um papel fundamental na produção sustentável de alimentos no Brasil, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que contribui significativamente para o abastecimento de mesas em todo o país. Este estudo tem como objetivo analisar a produção familiar com a implementação de práticas agroecológicas, destacando as experiências das famílias do assentamento Eli Vive, em Londrina, Paraná, tendo a escola como um espaço integrado à comunidade. Como metodologia, realizamos trabalhos de campo e pesquisa participante no assentamento para observar e coletar dados relacionados ao cultivo das famílias envolvidas na produção de alimentos, bem como à construção e manutenção de uma cooperativa na própria comunidade. Os resultados demonstram que as práticas de cultivo e o cuidado com a terra adotados pelas famílias do assentamento servem como um modelo inspirador para o setor agrícola, desafiando a visão predominante do agronegócio. Essas famílias se destacam como importantes produtoras de alimentos orgânicos, incluindo arroz, feijão, milho, café, hortaliças e laticínios. Tais práticas apontam para a viabilidade de uma agricultura mais sustentável, que não apenas fornece alimentos de alta qualidade, mas promove a preservação ambiental e a valorização das comunidades rurais. Concluímos que é possível alcançar a produção sustentável, mas enfatizamos a necessidade de uma reforma agrária que valorize o espaço e as relações comunitárias construídas pelos camponeses. A produção familiar no assentamento Eli Vive representa uma forma de resistência ao avanço do agronegócio, que tem ganhado cada vez mais espaço na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: produção; agroecologia; sustentabilidade; movimento social.

* Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), financiado pelo MEC/FNDE. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geografia, Londrina, PR, Brasil. E-mails: johnlucas.geografia@uel.br; gustavo.costa.dafonseca@uel.br

** Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET), financiado pelo MEC/FNDE. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geografia, Londrina, PR, Brasil. E-mail: jeanimoura@uel.br

Abstract

The peasantry plays a fundamental role in the sustainable production of food in Brazil, such as the Landless Rural Workers' Movement (MST), which contributes significantly to the supply of tables throughout the country. This study aims to analyze family production with the implementation of agroecological practices, highlighting the experiences of families in the Eli Vive settlement in Londrina, Paraná, with the school as a space integrated into the community. As a methodology, we carried out fieldwork in the settlement to observe and collect data related to the cultivation of the families involved in sustainable food production, as well as the construction and maintenance of a cooperative in the community itself. The results show that the cultivation practices and care for the land adopted by the families in the settlement serve as an inspiring model for the agricultural sector, challenging the predominant view of agribusiness. These families stand out as important producers of organic food, including rice, beans, corn, coffee, vegetables and dairy products. These practices point to the viability of more sustainable agriculture, which not only provides high-quality food, but also promotes environmental preservation and the valorization of rural communities. We conclude that it is possible to achieve sustainable production, but emphasize the need for an agrarian reform that values the space and community relations built by the farmers. Family production in the Eli Vive settlement represents a form of resistance to the advance of agribusiness, which is gaining more and more ground in contemporary society.

Keywords: production; agroecology; sustainability; social movement.

Introdução

O espaço rural brasileiro sempre foi palco de conflitos territoriais. Quando se trata de conflitos agrários, de um lado, encontramos a agricultura familiar, que cultiva e produz de forma sustentável, e do outro, o agronegócio, que recorre ao uso de agrotóxicos para o cultivo em larga escala.

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, tem como objetivo analisar a produção familiar com a implementação de práticas agroecológicas e compreender as principais dificuldades e potencialidades com base na experiência de famílias assentadas. Dessa forma, almejamos ampliar o debate e a reflexão acerca dos desafios enfrentados pela produção familiar na busca por modelos sustentáveis de produção.

O foco do nosso estudo é o Assentamento Eli Vive, situado no distrito de Lerroville, no município de Londrina, no estado do Paraná. Esse assentamento representa a maior área de reforma agrária em uma região metropolitana do Brasil, abrigando 501 famílias em 7,5 mil hectares.

Como metodologia, realizamos trabalhos de campo no assentamento, que são considerados uma abordagem abrangente de pesquisa. Isso nos permitiu observar e coletar dados relacionados ao cultivo das famílias envolvidas na produção de alimentos sustentáveis, bem como à construção e manutenção de uma cooperativa na própria comunidade. Além da visita à escola localizada no assentamento que adota um calendário sincronizado com o ciclo de cultivo das famílias, permitindo que os estudantes participem ativamente na agricultura, demonstrando uma forte ligação entre a escola e a comunidade.

As discussões que serão apresentadas adiante envolvem uma abordagem que não se limita apenas a ir a campo para confirmar ou refutar teorias estudadas, mas sim a integrar a experiência dos trabalhadores dessas pequenas propriedades, buscando uma compreensão mais aprofundada da dinâmica do assentamento. Ademais, “qualquer teoria científica é uma interpretação entre outras e vale pelo seu teor de diálogo, não pelo seu acúmulo de certezas” (Rodrigues Brandão; Correa Borges, 2008, p. 57).

Nas linhas que seguem, apresentamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), oferecendo uma base teórica atrelada ao que as famílias nos transmitiram durante a pesquisa de campo. Procuramos demonstrar a necessidade de uma maior divulgação do modelo de agricultura familiar que observamos, destacando sua importância e impacto social.

Contextualizações

Sabemos que a produção rural tem uma grande importância no cenário econômico e social brasileiro, desde os tempos do Brasil colonial até os dias atuais. Essa produção passou por modificações e modernizações ao longo do tempo, no entanto, algumas características e aspectos permaneceram inalterados, como o fato de que a maior parte dos alimentos que chegam à mesa é proveniente da produção familiar em pequenas propriedades.

O surgimento do MST ocorreu com o propósito de reconfigurar a distribuição e organização da riqueza no campo, bem como de incorporar uma nova parcela da população no contexto social, econômico e político do país. Fernandes (2000) analisa as raízes históricas e as lutas que levaram à formação do MST, sua estrutura organizacional, suas táticas de mobilização e resistência, e o impacto desse movimento na política agrária e social do Brasil. Ao discutir questões de desigualdade no campo, a falta de acesso à

terra e as demandas por reforma agrária, este autor oferece uma visão abrangente desse importante movimento social no país.

A relação entre o desenvolvimento dos assentamentos rurais e as políticas agrárias no Brasil tem sido uma questão de destaque ao longo das décadas. Com o fim da Ditadura Militar, o campo voltou a ser assunto de interesse nas discussões políticas e nas diversas mídias. O governo da época adotou uma postura desenvolvimentista através de políticas e ações que beneficiaram os médios e grandes agronegócios, resultando na marginalização e precarização dos movimentos sociais em busca de direitos e acesso à terra. Para Wanderley (2003, p. 43):

[...] O desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração sócioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogênea, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. Se estamos, hoje, discutindo o significado da agricultura familiar neste novo contexto de integração da agricultura e do meio rural é porque esta outra forma social de produção ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras.

É nesse contexto que a agricultura familiar desempenha um papel significativo na economia e sociedade brasileiras hoje. Apesar dos desafios, os movimentos sociais continuam ativos e comprometidos na luta pela reforma agrária, e a redemocratização do país fortaleceu ainda mais essas iniciativas, resultando em uma mobilização e organização ampliadas.

De acordo com Santos (2011, p. 79, *apud* Grissa e Schneider, 2014, p. 130), a reabertura democrática contribuiu para a rearticulação e a formação de novas organizações de movimentos sociais. Esses movimentos passaram a ganhar destaque e importância nas discussões em âmbito local e nacional. O MST, por exemplo, foi fundado em 1984 e continua, até os dias atuais, a ser uma das principais vozes na luta pela terra no Brasil.

Este movimento está presente nos 26 estados da federação, além do Distrito Federal, de maneira direta e/ou indireta, contando com aproximadamente 450 mil famílias assentadas que conquistaram um pedaço de terra para cultivo e moradia. Essas conquistas foram obtidas por meio de inúmeras mobilizações e lutas empreendidas pelo MST contra os grandes monopólios e o Estado. Fernandes resume a história de luta e conflitualidade, em que

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, elas realizam – também – novos assentamentos. A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo momento (FERNANDES, 2010, p. 508).

Para destacar a importância e a influência do MST como organização e movimento social na luta pela terra, a Figura 1 exibe a evolução do número de pessoas assentadas no período de 1995 a 2020.

Figura 1 - Área incorporada ao PNRA nos últimos 5 governos, segundo dados da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento



Fonte: MST. Org: INCRA

Ao adquirirem seus lotes de terra, surgem outras demandas e lutas para essas famílias, uma delas é a busca por uma reforma agrária, mas não aquela proposta por grandes empresários seguindo ideais neoliberalistas, conhecida como o "modelo de reforma agrária de mercado". Nesse modelo, as grandes propriedades e os monopólios são os principais beneficiários, enquanto os produtores menores e familiares se tornam cada vez mais dependentes desse sistema capitalista predatório.

Essa relação fica evidente na afirmação de Nabarro (2011, p. 2): "[...] o princípio deste modelo denominado de 'reforma agrária' é o abandono do instrumento de desapropriação e a subordinação dos camponeses ao capital financeiro promovido pela ideologia neoliberal".

Na mesma linha de pensamento, Oliveira (2007) discute a relação entre o modo de produção capitalista, a agricultura e a necessidade de reforma agrária no contexto brasileiro. A concentração de terras no país é um obstáculo para o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a segurança alimentar.

De origem popular e diretamente ligado ao campo brasileiro, o MST é uma alternativa para a promoção da distribuição justa de terras. Sua criação teve início no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado na década de 1980 na cidade de Cascavel, região Oeste do Estado do Paraná.

Nesse encontro, foram debatidas as bases ideológicas e práticas do MST, enquanto um movimento social civil, organizado de maneira tradicional por meio de núcleos que seguem uma lógica democrática e participativa. Os objetivos do movimento são evidenciados na afirmação de Campos.

[...] ao longo do tempo e com base no contexto nacional, o MST incorporou novas lutas, sempre ligadas ao meio rural, como a defesa de práticas alternativas de agricultura e a busca pelo estabelecimento de melhores condições de vida no campo. O movimento defende ainda pautas relacionadas ao meio ambiente, à segurança alimentar e ao combate à desigualdade social. A defesa de minorias, como os ribeirinhos e os quilombolas, também faz parte do conjunto de lutas empreendidas pelo MST ao longo do tempo. Portanto, avalia-se que esse movimento social tem como função a defesa dos Direitos Humanos e sociais, especialmente das populações ligadas ao campo brasileiro, com destaque para o acesso à terra (CAMPOS, 2023, n.p.).

Com as mudanças recentes, tanto na produção quanto nos maquinários, surgiram discussões tanto no campo como na cidade. Uma delas é a promoção da produção sustentável, que adota medidas ecológicas, visando a menor agressão ao meio ambiente e reduzindo o uso de produtos químicos. Nesse contexto, o movimento trabalha incansavelmente para atingir a meta de uma produção sustentável, com foco no cultivo, cuidado e manutenção agrícola sem prejudicar o ambiente em que vivem e trabalham.

Oliveira (2007) defende a importância da agricultura familiar e da produção agroecológica como alternativas ao modelo predominante do agronegócio. Esse autor entende que somente pelas vias de uma reforma agrária radical se reverteria a histórica

concentração de terras, promovendo a sua redistribuição, a justiça social e melhores condições de vida dos camponeses.

Em relação aos resultados práticos das experiências de assentamentos no Brasil, Nabarro (2011) lembra que a criação de um assentamento pode levar a uma maior disponibilidade e variedade de alimentos in natura na região, dinamizando a economia local e beneficiando tanto a população urbana quanto a rural, além de, em muitos casos, reativar antigas formas de comercialização, como, por exemplo, a venda de produtos em feiras livres.

Os Trabalhos de Campo no Assentamento e a Pesquisa Participante

A pesquisa participante se volta para a realidade das pessoas, levando em consideração suas vidas cotidianas, experiências, interpretações e perspectivas individuais e coletivas, portanto, se trata de uma abordagem que busca capturar a complexidade e a riqueza da vida das pessoas a partir de suas próprias experiências. Rodrigues Brandão e Correa Borges (2008, p. 54), assinalam que:

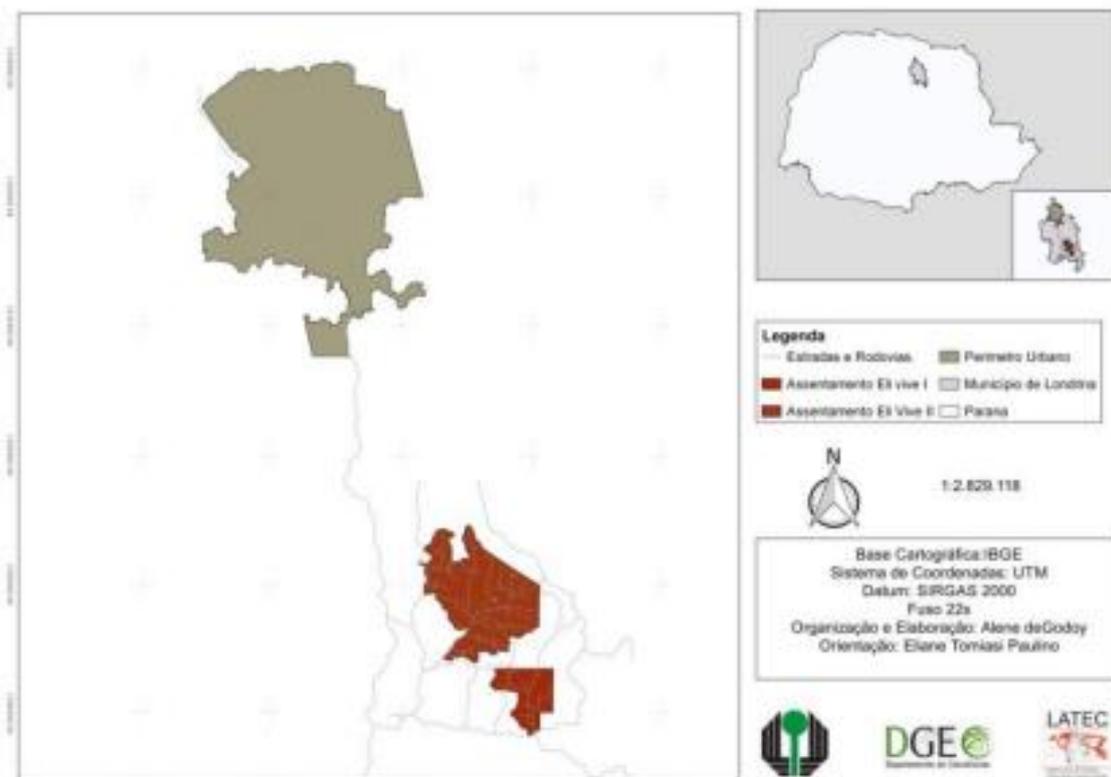
Deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações - a vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem inter-atuamos.

Nesse contexto, o ponto de origem dessa pesquisa participante, como vemos em Rodrigues Brandão e Correa Borges (2008), situa-se numa perspectiva da realidade social do assentamento Eli Vive, localizado em uma região onde, anteriormente, existiam dois grandes latifúndios improdutivos: a Fazenda Guairacá e a Fazenda Pininga.

Em 1991, o MST ocupou essas terras com o objetivo de cultivá-las e estabelecer as famílias acampadas. Somente em 2010, essas terras foram adquiridas e redistribuídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para os membros do MST.

Em 2013, os lotes foram distribuídos para as famílias assentadas, resultando na divisão do lote em dois assentamentos, Eli Vive I e Eli Vive II (Figura 2). Após essas conquistas iniciais, surgiram novas demandas, especialmente relacionadas a políticas públicas e sociais aprimoradas (Ramiro, 2022).

Figura 2 - Localização do assentamento Eli Vive em Londrina – Paraná



Fonte: Prefeitura de Londrina. Org: Godoy (2017).

Durante os trabalhos de campo realizados conhecemos melhor a realidade de aproximadamente 500 famílias assentadas, em sua maioria, agricultores oriundos de Cascavel, Ortigueira e Rio Branco do Ivaí, no Paraná, que se mudaram para o assentamento logo após a concessão e loteamento das terras do Eli Vive I e II. Eles nos apresentaram os lotes, as práticas de produção, o manejo e o cuidado dos alimentos cultivados na região, além de compartilharem informações sobre suas políticas educacionais promovidas pela Escola do Campo, que serve como um modelo exemplar de reforma agrária.

De acordo com Moura e Tomita (2015), o trabalho de campo possibilita vivenciar um primeiro plano de identificação do lugar, facilita criar elos afetivos e sentir-se parte integrante do espaço a partir das relações estabelecidas entre o que se observa e o que se vivencia. Os laços afetivos com o lugar em que se vive promove a construção de significados em que as pessoas poderão se tornar participativas e esperançosas na potencialidade do ser humano em transformar o espaço vivido.

À medida que adentramos nas experiências das famílias assentadas, esse sentimento de afeto, mencionado por Moura e Tomita, emergiu, principalmente, quando conhecemos o modelo da política educacional voltada para o campo por meio da dinâmica da escola localizada dentro do assentamento.

Essa instituição pautada em um trabalho humano e pedagógico oferece perspectivas interessantes para os estudantes, incentivando-os a seguir carreiras acadêmicas, como Agronomia, Direito, Engenharias, Veterinária, Pedagogia, Geografia, História, Administração, entre outras. A ideia é que, após concluírem seus estudos no nível superior, eles retornem às suas origens nos assentamentos para aplicar seus conhecimentos e contribuir para a garantia e manutenção dos assentados.

Essa relação entre escola e comunidade é discutida por Moura e Marandola (2023), ao afirmarem que a escola desempenha um papel significativo, tanto do ponto de vista pedagógico quanto político, no que diz respeito à construção de conhecimentos científicos conectados às experiências vividas, preparando sujeitos sociais proativos, capazes de se autoeducarem em seus contextos locais.

A agricultura familiar presente nas comunidades camponesas tem raízes profundas. Durante a visita à Escola Estadual do Campo Maria Aparecida Rognol Franciosi (Figura 3), localizada no assentamento, pudemos obter uma compreensão mais ampla da relação entre a escola e a comunidade. A escola segue um calendário que se baseia no ciclo de cultivo das famílias do assentamento.

Muitos dos estudantes, além de cumprir suas obrigações escolares, participam ativamente no plantio e na colheita dos lotes, muitas vezes acompanhados por seus pais e irmãos. Durante as épocas de plantio e colheita, essa interação entre a escola e a comunidade se torna evidente, demonstrando o apoio e compreensão dos professores em relação às famílias do assentamento.

No ambiente escolar, os professores recebem preparação específica para abordar os conteúdos voltados ao contexto camponês, visando à preservação das práticas agrícolas locais. Esse modelo educacional está alinhado com os princípios do próprio movimento, que enfatiza a construção de uma escola integrada à vida das pessoas. Essas escolas promovem o trabalho social produtivo, a organização coletiva e incorporam a cultura e a história como elementos centrais no ambiente escolar. Isso possibilita a participação das famílias camponesas, bem como a auto-organização dos educandos e dos educadores.

Figura 3 - Biblioteca Paulo Freire da Escola Estadual do Campo Maria Aparecida Rognol Franciosi



Fonte: Arquivo MST

Os investimentos na área da educação nesse formato geraram frutos que, ao longo do tempo, contribuíram para moldar e desenvolver um pensamento crítico e sustentável em relação à produção e ao cultivo de alimentos dentro do assentamento. Com a temática da sustentabilidade se tornando cada vez mais presente nas discussões da sociedade, o MST reconheceu a necessidade de se reinventar e de incorporar novas técnicas e tecnologias no cultivo de seus alimentos.

Com isso, houve a redução do uso de agrotóxicos na agricultura, alcançada por meio de um trabalho de conscientização dos moradores sobre a necessidade de modificar a forma como os produtos eram cultivados e colhidos. De acordo com Araújo e Lená:

A terra tem se tornado um grande laboratório para estudos de mudanças sociais ligadas às transformações no uso da terra, palco de uma complexa situação de apropriação territorial: o contorno entre interesses de produção em grande escala e, modelos que tende, a um uso menos impactante dos recursos naturais e do trabalho.(Araújo; Lena, 2010, n. p.)

Desde o início do assentamento Eli Vive, os camponeses já adotavam práticas de produção sustentável. No entanto, o milho não transgênico, seu principal produto, frequentemente era misturado a produtos transgênicos ao ser processado por outra cooperativa (Lume, 2022). Isso levou à percepção da necessidade de estabelecer uma cooperativa própria para assegurar uma produção 100% sustentável.

Assim, em 2015, a Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON) foi inaugurada. Além de armazenar e comercializar os produtos, a cooperativa atua como intermediária entre os produtores e os compradores de hortaliças, como parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e mercados convencionais. Somente em 2019, quase 900 mil litros de leite e 200 toneladas de hortifrúti foram fornecidos para o PNAE.

Vale frisar que até 2019, uma família do assentamento Eli Vive possuía a certificação orgânica pela Rede Ecovida, sobretudo, mais 25 famílias estão no processo de certificação. Essa certificação é de extrema importância, pois com ela possibilita os agricultores venderem seus produtos com o selo verde e orgânico.

O MST é um importante produtor de bens agropecuários, grande parte dos alimentos que abastecem o mercado local e regional brasileiro são advindos do movimento, hoje em dia é possível encontrar produtos como os derivados de leite, iogurtes e laticínios em geral, como também o arroz orgânico, o feijão e o creme de leite.

A produção do assentamento Eli Vive pode ser dividida em quatro tipos:

1. Agroindústria do Leite;
2. Compras Institucionais. Exemplo: PNAE;
3. Mercado Local. Exemplo: CEASA, Feiras municipais;
4. A produção do Milho Crioulo, também conhecido como caiano.

O MST possui diversas cooperativas espalhadas pelos estados brasileiros. Para facilitar o escoamento da produção, o movimento criou o Armazém do Campo, uma plataforma que reúne todas as empresas que comercializam produtos camponeses. Na cidade de Londrina, o Armazém do Campo tem sede física (Figura 4), localizada na região central, onde a população pode encontrar os produtos e alimentos cultivados pelos assentados.

Destacam-se os produtos da Cooperativa Terra Livre, uma das maiores cooperativas do país, localizada no estado do Rio Grande do Sul. Ela se tornou uma Cooperativa Central do Brasil com o objetivo e o compromisso de organizar diversas cooperativas de assentados da reforma agrária e agricultores familiares, estimulando a produção e a comercialização de alimentos saudáveis.

Além disso, a cooperativa adota os princípios das produções agroecológicas, evitando o uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (OGM). Ressaltamos que conhecer a origem dos produtos que chegam à nossa mesa é de extrema

importância para promover uma maior valorização de alimentos *in natura*, em contraposição à tendência crescente no Brasil de consumo de alimentos ultraprocessados.

Figura 4 - Armazém do Campo localizado na cidade de Londrina.



Fonte: Arquivo Armazém do Campo

Assim como no estado do Rio Grande do Sul, no estado do Paraná, existe uma forte presença cooperativista e organizacional na distribuição e comercialização desses alimentos e produtos provenientes dos assentamentos. No assentamento Eli Vive, os produtos são comercializados não apenas no Armazém do Campo e nas Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA), mas também por meio de parcerias entre cooperativas e assentados. Um exemplo notável é a Cooperativa Copacol, que mantém silos e uma sede administrativa localizados dentro do assentamento Eli Vive (Figura 5).

Em contrapartida às ideias e princípios promovidos pelo MST em prol de uma agricultura sustentável e orgânica, com o mínimo uso de agrotóxicos, o Brasil possui mais de 4 mil tipos de agrotóxicos aprovados, dos quais 1.560 foram liberados somente durante a gestão presidencial anterior, de acordo com informações da Lei de Acesso à Informação (Aguiar, 2022). Para que seja possível alcançar um desenvolvimento rural sustentável, é essencial que a liberação e o uso desses produtos sejam revisados e analisados cuidadosamente.

O alto consumo de defensivos agrícolas acarreta graves problemas ambientais e de saúde para a população consumidora. O MST tem como objetivo eliminar o uso desses

defensivos em sua produção, assegurando, assim, uma qualidade superior nos alimentos cultivados pelas famílias camponesas, e a preços acessíveis.

Figura 5 - Cooperativa Copacol - Assentamento Eli Vive do MST: parte das estruturas da agroindústria e a sede administrativa



Fotos: Fábio Herdt e Juliana Barbosa / MST-PR

Nesse contexto, na cidade de Londrina, além dos espaços físicos fixos, como o Armazém do Campo e o CEASA, destacam-se as feiras dedicadas à comercialização de alimentos orgânicos, disponíveis para a população em geral. Esses produtos são naturais e livres de agrotóxicos, sendo notável o seu custo acessível. As famílias do assentamento Eli Vive não buscam o lucro, mas sim a manutenção da produção de alimentos saudáveis, destinados tanto à subsistência quanto ao fornecimento de excedentes para os consumidores.

Questões relacionadas à agroecologia são de extrema importância, não apenas para os produtores, mas para toda a sociedade, que poderá obter um maior acesso ao conhecimento sobre a produção e o consumo de alimentos sustentáveis, orgânicos e de alta qualidade.

Nossos trabalhos de campo revelaram que as famílias de camponeses assentados têm adotado um modelo que demonstra que a reforma agrária voltada para a sustentabilidade deve ser tratada como prioridade nas políticas públicas. O desenvolvimento rural sustentável deve ser estruturado com base em práticas de plantio, colheita e comercialização legais dos produtos provenientes dos assentamentos.

Isso requer investimentos na formação de professores, agrônomos, gestores e outros técnicos, garantindo que os princípios do cultivo agroecológico sejam ensinados e transmitidos, fortalecendo o ciclo geracional e contribuindo para a construção de comunidades resilientes.

Considerações Finais

Com a realização deste trabalho, pudemos aprofundar nossa compreensão em diversos aspectos do desenvolvimento rural sustentável, como a produção isenta de agrotóxicos, o cultivo manual de alimentos, a criação de uma cooperativa interna para garantir produtos livres de transgênicos e o cuidado com o meio ambiente em que vivemos.

O comprometimento e a abordagem dos assentados em relação ao cultivo e cuidado da terra servem como um exemplo valioso para os grandes latifundiários do agronegócio e outros produtores que ainda não adotam essa abordagem ou questionam a produtividade da agricultura sustentável e livre de agrotóxicos. Isso demonstra que é possível alcançar uma produção sustentável no meio rural, mas requer uma reforma agrária que reconheça e valorize o espaço e as relações construídas pela comunidade camponesa.

Importante destacar o modelo educacional alinhado com os princípios do movimento camponês, integrando a escola à vida das pessoas, o que promove o trabalho social produtivo, incorporando cultura e história no ambiente escolar, incentivando a participação das famílias e a auto-organização de educadores e estudantes.

Na qualidade de pesquisadores, tivemos o privilégio de aprofundar nossa compreensão sobre a vivência dos assentados, o que enriqueceu significativamente nossa percepção dessa parcela da sociedade agora estabelecida em um território específico. Esse conhecimento desempenha um papel fundamental no aprimoramento de nossa base teórica e na contribuição para a sistematização de saberes que não somente descrevem as realidades geográficas, mas que também são construídos coletivamente, a partir das diversas experiências de vida e trabalho.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Educação Tutorial (PET), financiado pelo MEC/FNDE, pela concessão de bolsas de estudos aos petianos, que possibilita a vivência da tríade universitária - ensino, pesquisa e extensão.

Também expressamos nossa gratidão aos camponeses do assentamento Eli Vive, onde realizamos nossos trabalhos de campo, os quais nos acolheram de forma calorosa.

Referências

AGUIAR, P. Governo Federal liberou mais de 1.500 agrotóxicos nos últimos quatro anos. *In: Portalcorreio*. [s. l.], 18 abr. 2022. Disponível em:

<https://portalcorreio.com.br/governo-federal-liberou-mais-de-1-500-agrotoxicos-nos-ultimos-quatro-anos/> Acesso em: 9 fev. 2023.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L. Uma Geografia em movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 505-560.

LUME, R. **Eli Vive inaugura agroindústria de derivados de milho livre de transgênico em Lerroville**. [s. l.], 12 jul. 2022. Disponível em:

<https://redelume.com.br/2022/07/12/eli-vive-inaugura-agroindustria-de-derivados-de-milho/>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MOURA, J. D. P.; TOMITA, L. M. S. Notas sobre as aulas de campo na experiência docente. *In: MOURA, J. D. P.; ANTONELLO, I. T.; SHINOBU, P. F. P. (org.).*

Múltiplas geografias: ensino, pesquisa e extensão. v. VIII. Londrina: UEL, 2015. p. 185-206.

MOURA; J. D. P.; MARADOLA, E. J. Uma geografia do mapeamento participativo de riscos e lugar na educação geográfica brasileira. *In: SOUZA, C. J. de O.; LOURENÇO, L. Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Portugal, 2023. p.235-258.

NABARRO, S. A reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana-PR. **Revista Geográfica De América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011, p. 1-23.

RAMIRO, L. C. F. **A geografia na gestão territorial: Produtividade do coletivo das camponesas no assentamento Eli Vive, Londrina/PR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RODRIGUES BRANDÃO, C.; CORREA BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 14 out. 2023.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Recebido em 07/08/2023.

Aceito para publicação em 01/09/2023.